

## **8. CONTRATO DE EMPREITADA DE REABILITAÇÃO DO PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA:**

Da **DPCG/DACPGP** submetendo para ratificação do Executivo a decisão tomada pelo Sr. Presidente em 26 de janeiro do corrente ano, em que aprova o relatório final de análise e avaliação das propostas do ***Concurso Público para a reabilitação do Parque de Exposições de Braga***, tendo como preço de base do procedimento o valor de **800.000.000,00 euros** e prazo de base do procedimento 300 dias.

De acordo com o relatório constante do processo o contrato é adjudicado Alexandre Barbosa Borges, SA, pelo valor de 7.949,898,11 €, prazo de 255 dias.

# Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas

VB.  
Tempo  
Paula Pereira  
f

## I.- Introdução e identificação:

Identificação do procedimento: *Concurso Públicos para a Reabilitação do Parque de Exposições de Braga*

Identificação da decisão de contratar: *Câmara Municipal de Braga*

Preço Base do Procedimento: € 8.000.000

Prazo Base do Procedimento: 300 dias

Identificação do Júri:

### Membros efetivos:

Alzira Torres (Presidente)

Manuel Dantas (Substitui o Presidente nas suas ausências e/ou impedimentos)

Gaspar Silva

Paula Pereira

Valéria Borges

José Coutinho

André Ruão

### Membros suplentes:

Luís Almeida

Sérgio Carvalho

Aprovado, não ratificado  
de Câmara Municipal  
1701.26  
f

O presente relatório documenta os trabalhos de apreciação, análise e avaliação das propostas apresentadas no âmbito do procedimento de formação do contrato público supra identificado e destinado à formação do **contrato de empreitada de Reabilitação do Parque de Exposições de Braga**, promovido e presidido pela *Câmara Municipal de Braga*. Por este meio assegura-se, assim, o cumprimento do disposto no artigo 148.º do *Código dos Contratos Públicos*.

O júri do procedimento procedeu, nos termos determinados pelo Regulamento de Análise das Propostas, à análise das propostas apresentadas e seguidamente avaliou aquelas que foram admitidas por se encontrarem regulamente elaboradas e apresentadas, por não se subsumirem

2  
V.B. M. A.  
Paula Pereira  
f

a nenhuma das hipóteses de exclusão previstas no n.º 2 do artigo 70.º e no n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Na análise e avaliação das propostas foram considerados somente os documentos apresentados pelos concorrentes, não tendo o júri identificado a necessidade de solicitar, nos termos previstos no artigo 72.º do *Código dos Contratos Públicos*, esclarecimentos sobre as propostas, tendo, portanto, formado a sua convicção relativamente aos juízos de admissibilidade de mérito exclusivamente com base na informação vertida na documentação apresentada.

O júri constatou que diversos interessados se inscreveram como interessados na plataforma onde tramita o procedimento sem que porém tivessem apresentado proposta, tendo outros, inclusivamente, declarado expressamente a sua vontade de não apresentarem proposta ao concurso, alguns deles justificando esta opção com a indicação de um valor que terão apurado no âmbito da reflexão que realizaram sobre o concurso, mas negando, em todo o caso, a intenção de se vincularem contratualmente.

Uma vez que, nos termos do disposto no artigo 53.º do *Código dos Contratos Públicos*, «**é concorrente a entidade, pessoa singular ou coletiva, que participa em qualquer procedimento de formação de um contrato mediante a apresentação de uma proposta**» e que a proposta pressupõe a existência de uma declaração negocial destinada à conclusão de um contrato, nos termos consagrados no artigo 224.º do Código Civil, o júri não integrou na lista de concorrentes – precisamente por não terem formulado uma declaração negocial – as entidades seguintes:

- i. Conduril - Engenharia, SA;
- ii. Teixeira, Pinto & Soares, SA;
- iii. Teixeira Duarte - Engenharia e Construções, SA;
- iv. Alberto Couto Alves, S.A.
- v. Casais - Engenharia e Construção, SA;
- vi. Sociedade de Construções Soares da Costa, SA;
- vii. Mota-Engil, Engenharia e Construção, SA;
- viii. OPWAY - Engenharia, SA;
- ix. MSF Engenharia, SA;
- x. Prediobra - Sociedade de construções Cíveis, Lda.

Assim, foram apresentadas propostas submetidas pelos concorrentes a seguir identificados:

13. *Paula Pereira*

Identificação do concorrente	Preço	Prazo
1.º - Comporto, SA	€ 10 086 836,26	240
2.º - Acciona - Infraestructuras, SA	€ 7 984.000,00	255
3.º - DST - Domingos da Silva Teixeira, SA	€ 7 999 991,40	240
4.º - Construções Europa Ar-Lindo, SA	€ 11 833 417,01	240
5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	€ 7 970 450,01	254
6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA	€ 7 949 898,11	255
7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	€ 7 998 500,00	255
8.º - ACF - Arlindo Correia & Filhos, SA	€ 9 754 257,91	300
9.º - Ferreira - Construção, SA	€ 12 326 345,26	255
10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA	€ 7 956 740,01	240
11.º - Construções Gabriel A.S. Couto, SA	€ 9 800 000,00	255

## II.- Análise das propostas:

Os trabalhos do júri iniciaram-se com a análise das propostas, no sentido de determinar se as mesmas se conformavam com os documentos normativos do procedimento e com lei e se não apresentavam vícios ou irregularidades suscetível de determinar a sua exclusão, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*, tendo-se concluído que da análise, autónoma e individualizada de cada uma das propostas, que:

### Proposta n.º 1 – Comporto, S.A.

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento	X	
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base	X	
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		N/A
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis	X	
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

V.B. M  
 Paulo Keeling

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

O júri constatou que o concorrente apresentou um preço que ultrapassa o preço base do concurso. Resulta do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos* que quando o contrato a celebrar implique o pagamento de um preço, o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

Nessa medida, constituindo o preço base um autêntico parâmetro base que delimita o espectro dentro do qual o caderno de encargos admite que se efetue a concorrência de mercado, a sua violação conduz, imperativamente, à exclusão da proposta, porque assim o impõem as alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Nessa medida, a proposta do concorrente **Comporto, S.A.**, deve ser excluída, não podendo transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

**Proposta n.º 2 – Acciona - Infraestructuras, SA**

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento		X
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis		X
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

Constatou-se que não existe fundamento para determinar a exclusão da proposta, não se verificando qualquer das hipóteses legalmente previstas no *Código dos Contratos Públicos* que importe essa consequência.

6  
VB.  
MA  
Paula  
F

Nessa medida, a proposta do concorrente **Acciona - Infraestructuras, SA**, deve transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

### Proposta n.º 3 – DST – Domingos da Silva Teixeira, SA

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento		X
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis	X	
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por		

7

VB. *Paula Pereira*

representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

O júri constatou que o concorrente, na elaboração do seu plano de trabalhos, viola a condição inscrita no n.º 3 da cláusula 11.ª do caderno de encargos. Inscreveu-se naquele artigo o seguinte:

***«Todos os trabalhos de reabilitação da parte do equipamento de restauração compreendido no edifício, incluindo especialidades e acabamentos gerais, só poderão ser iniciados cumprida que esteja a fração correspondente a 5/10 do prazo de execução proposto e terão de estar concluídos cumprida que esteja a fração correspondente a 8/10 do prazo de execução proposto.»***

O concorrente ***DST – Domingos da Silva Teixeira, SA***, evidencia, no plano de trabalhos que apresentou, a intenção de iniciar os trabalhos no equipamento de restauração imediatamente aquando da consignação da obra, isto quando, por força da aludida determinação do caderno de encargos, tais trabalhos estão impedidos de serem iniciados até que decorram 5/10 do prazo proposto. Por outro lado, da análise do plano de trabalhos verifica-se, igualmente, que o concorrente não concentra os trabalhos no equipamento de restauração no período compreendido entre o 5/10 e o 8/10 do prazo que propôs para a execução da obra, opção de programação da obra que conflitua totalmente com a prescrição impositiva do caderno de encargos.

Assim, estes pressupostos ou condições para a execução da obra inscritos pelo concorrente no plano de trabalhos estão expressamente em desconformidade com a cláusula 11.ª, n.º 3 do caderno de encargos, violação que conduz, imperativamente, à exclusão da proposta, porque assim o impõe a alínea b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Nessa medida, a proposta do concorrente ***DST – Domingos da Silva Teixeira, SA***, deve ser excluída, não podendo transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

8

VB

Paula Perry

**Proposta n.º 4 – Construções Europa Ar-lindo, S.A**

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento	X	
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base	X	
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis	X	
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste		

culposamente falsas declarações

A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento

X

Paula Pereira

O júri constatou que o concorrente apresentou um preço que ultrapassa o preço base do concurso. Resulta do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos* que quando o contrato a celebrar implique o pagamento de um preço, o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

Nessa medida, constituindo o preço base um autêntico parâmetro base que delimita o espectro dentro do qual o caderno de encargos admite que se efetue a concorrência de mercado, a sua violação conduz, imperativamente, à exclusão da proposta, porque assim o impõem as alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Nessa medida, a proposta do concorrente **Construções Europa Ar-lindo, S.A.**, deve ser excluída, não podendo transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

#### Proposta n.º 5 – M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A./ João Fernandes da Silva

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento		X
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis		X
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

10

V.B. *[assinatura]*

*[assinatura]*

Paula Pereira

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

Constatou-se que não existe fundamento para determinar a exclusão da proposta, não se verificando qualquer das hipóteses legalmente previstas no *Código dos Contratos Públicos* que importe essa consequência.

Nessa medida, a proposta do concorrente **M. Kairos – Engenharia & Construção, S.A./ João Fernandes da Silva**, deve transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

#### Proposta n.º 6 – Alexandre Barbosa Borges, S.A

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento		X
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X

V.B. M.A.  
Paula Pereira

O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis		X
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

Constatou-se que não existe fundamento para determinar a exclusão da proposta, não se verificando qualquer das hipóteses legalmente previstas no *Código dos Contratos Públicos* que importe essa consequência.

Nessa medida, a proposta do concorrente **Alexandre Barbosa Borges, S.A.**, deve transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

VB. *[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*  
*[Handwritten signature]*

**Proposta n.º 7 – Sá Machado & Filhos, S.A./ Anteros Empreiteiros, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.**

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento		X
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis		X
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	

12  
V.B. MA  
Paula  
A

A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

Constatou-se que não existe fundamento para determinar a exclusão da proposta, não se verificando qualquer das hipóteses legalmente previstas no *Código dos Contratos Públicos* que importe essa consequência.

Nessa medida, a proposta do concorrente **Sá Machado & Filhos, S.A./ Anteros Empreiteiros, Sociedade de Construções e Obras Públicas, S.A.**, deve transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

**Proposta n.º 8 – ACF – Arlindo Correia & Filhos, S.A.**

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento	X	
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base	X	
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		N/A
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis	X	
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

17  
V.B.  
Paula  
A

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

O júri constatou que o concorrente apresentou um preço que ultrapassa o preço base do concurso. Resulta do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos* que quando o contrato a celebrar implique o pagamento de um preço, o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

Nessa medida, constituindo o preço base um autêntico parâmetro base que delimita o espectro dentro do qual o caderno de encargos admite que se efetue a concorrência de mercado, a sua violação conduz, imperativamente, à exclusão da proposta, porque assim o impõem as alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Nessa medida, a proposta do concorrente **ACF – Arlindo Correia & Filhos, S.A.**, deve ser excluída, não podendo transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

1.ª A  
V.B. M  
Paula Kung  
A

**Proposta n.º 9 – Ferreira Construções, S.A.**

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento	X	
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base	X	
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		N/A
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis	X	
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

O júri constatou que o concorrente apresentou um preço que ultrapassa o preço base do concurso. Resulta do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos* que quando o contrato a celebrar implique o pagamento de um preço, o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

Nessa medida, constituindo o preço base um autêntico parâmetro base que delimita o espectro dentro do qual o caderno de encargos admite que se efetue a concorrência de mercado, a sua violação conduz, imperativamente, à exclusão da proposta, porque assim o impõem as alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Nessa medida, a proposta do concorrente **Ferreira Construções, S.A.**, deve ser excluída, não podendo transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

#### Proposta n.º 10 – Costeira – Engenharia e Construção, S.A.

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento		X
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respetivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		X
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis		X
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

17  
V.B. M  
Paula Pereira

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

Constatou-se que não existe fundamento para determinar a exclusão da proposta, não se verificando qualquer das hipóteses legalmente previstas no *Código dos Contratos Públicos* que importe essa consequência.

Nessa medida, a proposta do concorrente **Costeira – Engenharia e Construção, S.A.**, deve transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

#### Proposta n.º 11 – Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.

Análise	Sim	Não
A proposta apresenta todos os atributos exigidos como resposta aos aspetos submetidos à concorrência pelo caderno de encargos	X	
A proposta apresenta atributos que violam os parâmetros base fixados nos documentos normativos do procedimento	X	
A proposta apresenta termos ou condições que violam aspetos da execução do contrato a celebrar não submetido à concorrência pelo caderno de encargos		X
A proposta é de impossível avaliação em virtude da forma de apresentação de algum dos respectivos atributos		X
O preço contratual que resultará da proposta será superior ao preço base	X	

13. 17  
 V.B. 17  
 Paulo Ruy  
 A

O preço total da proposta é anormalmente baixo e não foram apresentados esclarecimentos justificativos		N/A
O preço total da proposta é anormalmente baixo e os esclarecimentos justificativos apresentados não são atendíveis		N/A
A celebração do contrato, por acolhimento da proposta, implicará a violação de quaisquer vinculações legais ou regulamentares aplicáveis	X	
Existem fortes indícios de atos, acordos, práticas ou informações suscetíveis de falsear as regras da concorrência		X

Seguidamente analisou-se a proposta no sentido de determinar a verificação de algum motivo de exclusão da proposta ao abrigo do n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*:

Análise	Sim	Não
A proposta foi apresentada depois do termo do prazo fixado para a sua apresentação		X
A proposta foi apresentada por concorrente constituído por mais do que uma entidade e, em relação a alguma delas, a entidade adjudicante tem conhecimento que se verifica alguma das situações de impedimento, nos termos previstos no artigo 55.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>		X
A proposta é constituída por todos os documentos exigidos, nos termos do n.º 1 do artigo 57.º do <i>Código dos Contratos Públicos</i>	X	
Todos os documentos que integram a proposta estão assinados pelo concorrente ou por representante legal, ou por todos os membros do agrupamento se esse for o caso	X	
Os documentos que consubstanciam a proposta estão redigidos em português	X	
Foram apresentadas propostas variantes cuja apresentação não era admitida		X
Não foi apresentada a proposta base (quando for admitida a apresentação de variantes)		N/A
O concorrente apresentou mais do que uma proposta, não sendo admitida a apresentação de propostas variantes		N/A
O concorrente observou as formalidades definidas para a apresentação da proposta	X	
A proposta é constituída por documentos falsos ou nas quais o concorrente preste culposamente falsas declarações		X
A proposta respeita as regras específicas do regulamento do procedimento	X	

O júri constatou que o concorrente apresentou um preço que ultrapassa o preço base do concurso. Resulta do disposto no n.º 1 do artigo 47.º do *Código dos Contratos Públicos* que quando o contrato a celebrar implique o pagamento de um preço, o preço base é o preço máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o seu objeto.

Nessa medida, constituindo o preço base um autêntico parâmetro base que delimita o espectro dentro do qual o caderno de encargos admite que se efetue a concorrência de mercado, a sua

violação conduz, imperativamente, à exclusão da proposta, porque assim o impõem as alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

17  
VB.  
M.  
Paula Pereira

Nessa medida, a proposta do concorrente **Construções Gabriel A.S. Couto, S.A.**, deve ser excluída, não podendo transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

### NESTES TERMOS:

Em resultado da análise das propostas supra documentada, transitam para avaliação, através da operacionalização do critério de adjudicação, as propostas a seguir discriminadas, que são **admitidas**:

Identificação do concorrente	Preço	Prazo
2.º - Acciona - Infraestructuras, SA	€ 7.984.000,00	255
5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	€ 7 970 450,01	254
6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA	€ 7 949 898,11	255
7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	€ 7 998 500,00	255
10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA	€ 7 956 740,01	240

O Júri deliberou, por unanimidade, com os fundamentos supra descritos, propor a final a **exclusão** das propostas a seguir identificadas, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 146.º do *Código dos Contratos Públicos*, razão pela qual as mesmas não serão objecto de avaliação:

Identificação do concorrente	Preço	Prazo
1.º - Comporto, SA	€ 10 086 836,26	240
3.º - DST - Domingos da Silva Teixeira, SA	€ 7 999 991,40	240
4.º - Construções Europa Ar-Lindo, SA	€ 11 833 417,01	240
8.º - ACF-Arlindo Correia & Filhos, SA	€ 9 754 257,91	300
9.º - Ferreira - Construção, SA	€ 12 326 345,26	255
11.º - Construções Gabriel A.S. Couto, SA	€ 9 800 000,00	255

VB. M  
Paula  
A

### III.- Avaliação das propostas:

#### ***Critério de adjudicação:***

Os trabalhos de avaliação das propostas empreendidos pelo Júri observaram a disciplina constante do *Regulamento de Análise das Propostas*, que acompanhou o programa do procedimento.

O mérito das propostas foi aferido em função do critério de adjudicação – o da *proposta economicamente mais vantajosa* - preenchido pelos fatores e subfatores seguintes, já previstos no regulamento do procedimento:

Fatores	Subfatores	Ponderação	
Preço		60%	100%
Valia técnica da proposta	Metodologia	50%	
	Programa de trabalhos	50%	
Prazo de execução		10%	

As propostas foram subsumidas aos diferentes fatores e subfatores daquele critério de adjudicação, nos termos e para os efeitos previstos no *Regulamento de Análise das Propostas*. A apreciação de cada uma das propostas em face de cada um dos fatores e subfatores do critério obedeceu à específica metodologia descrita nos respetivos artigos do regulamento, por operância das fórmulas matemáticas e dos descritores também ali consignados.

A ordenação final das propostas resultou da hierarquização das mesmas, obtida em função da pontuação matemática atribuída por cada uma nos diferentes fatores e subfatores e depois de devidamente afetadas, nas respectivas proporções, ao critério de adjudicação mencionado.

#### ***Avaliação das propostas por subsunção ao fator «preço»:***

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o factor «**preço**» foi preenchido por comparação dos preços apresentados com o intervalo de preços compreendido entre o preço base, ao qual corresponderá o valor de 0,5000, e o limiar do preço anormalmente baixo, ao qual corresponderá o valor de 1,0000.

Assegurou-se, igualmente, que as propostas de valor anormalmente baixo cujo valor fosse aceite por se mostrarem devidamente justificadas, seriam valorizadas na justa medida. O júri constou que o mercado distanciou-se, em muito, do limiar do preço anormalmente baixo, tendo o preço médio das propostas admitidas a concurso ficado muito próximo do preço base.

A avaliação das propostas em face do fator «**preço**» foi operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descriptor seguinte:

	Descriptor	Pontuação
Preço	Preço Base	0,5000
	Restantes Propostas	$1,00 - \frac{0,50}{0,40 \times \text{Valor Base}} \times (\text{Valor da Proposta} - 0,60 \times \text{Valor Base})$

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «**preço**» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Preço	Avaliação
2.º - Acciona - Infraestructuras, SA	€ 7.984.000,00	0,5025
5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	€ 7 970 450,01	0,5046
6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA	€ 7 949 898,11	0,5078
7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	€ 7 998 500,00	0,5002
10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA	€ 7 956 740,01	0,5068

#### ***Avaliação das propostas por subsunção ao fator «**valia técnica**»:***

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**valia técnica**» foi preenchido pelos subfatores indicados no artigo 5.º do regulamento (*metodologia e programa de trabalhos*), que participam, nas percentagens também ali indicadas, para a pontuação final das propostas naquele fator.

Para preenchimento do subfator **metodologia**, as propostas foram avaliadas tendo em conta a memória descritiva e justificativa da metodologia de execução dos trabalhos conforme os descritores propostos no artigo 12.º do regulamento e contando a sua adequação às especificidades do projeto de execução.

Para preenchimento do subfator **programa de trabalhos**, as propostas foram avaliadas tendo em conta a sua qualidade e quantidade, relacionando-as com as necessidades efetivas do tipo de obra concursada (plano de trabalhos, plano de mão-de-obra e plano de equipamentos).

*Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «metodologia»:*

**Concorrente n.º 2.º - Acciona - Infraestructuras, SA:**

A metodologia apresentada pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** Estão previstas executar várias frentes de obra em simultânea, explicitando a coordenação e compatibilização entre si, compreendendo, cada uma delas, várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.

**Pressuposto:** Descreve o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, justificando as opções metodológica tomadas para o cumprimento do objetivo do prazo, indicando e justificando, em função daquelas (opções metodológicas), o dimensionamento realista das equipas a partir dos rendimentos considerados, que são congruentes e credíveis, com recurso, na sua maioria, a quadros da empresa e a equipamentos próprios.

**Pressuposto:** Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e do prazo global, assim como as medidas que se propõe implementar para fazer face à verificação dos mesmos, seja antecipando-os, seja corrigindo-os.

O júri entende que a metodologia apresentada não cumpre, de forma integral, o pressuposto (1), que se reproduz:

**Pressuposto:** O faseamento proposto para a execução da obra está desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, respondendo à necessidade de assegurar a execução das diferentes partes da obra com a simultânea utilização do equipamento por parte de particulares, uma vez que está explícito e justificado que a organização e programação das frentes de obra, as zonas de circulação e as de armazenamento de materiais não conflitua com a utilização normal dos edifícios e a salvaguarda a segurança de pessoas e bens, descrevendo as medidas que se propõe implementar para minimizar o impacto da obra na normal utilização do edifício.

Com efeito, apesar de bem elaborada e justificada, a metodologia apresenta uma dimensão genérica, não se mostrando, de uma forma concreta e assertiva, vocacionada para a específica e concreta realidade da obra posta a concurso. Para que se considerasse o pressuposto (1) devidamente preenchido teria de ser possível observar um faseamento

proposto claramente desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, o que não pode ser totalmente constatado face ao carácter genérico da abordagem.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - **com exceção de um dos pressupostos ali indicados.**

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **0,75 (Boa)**

**Concorrente n.º 5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA:**

Tal como a proposta anteriormente avaliada, a metodologia apresentada pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** Estão previstas executar várias frentes de obra em simultânea, explicitando a coordenação e compatibilização entre si, compreendendo, cada uma delas, várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.

**Pressuposto:** Descreve o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, justificando as opções metodológica tomadas para o cumprimento do objetivo do prazo, indicando e justificando, em função daquelas (opções metodológicas), o dimensionamento realista das equipas a partir dos rendimentos considerados, que são congruentes e credíveis, com recurso, na sua maioria, a quadros da empresa e a equipamentos próprios.

**Pressuposto:** Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e do prazo global, assim como as medidas que se propõe implementar para fazer face à verificação dos mesmos, seja antecipando-os, seja corrigindo-os.

O júri entende que a metodologia apresentada não cumpre, de forma integral, o pressuposto (1), que se reproduz:

**Pressuposto:** O faseamento proposto para a execução da obra está desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, respondendo à necessidade de assegurar a execução das diferentes partes da obra com a simultânea utilização do equipamento por parte de particulares, uma vez que está explícito e justificado que a organização e programação das frentes de obra, as zonas de circulação e as de armazenamento de materiais não conflitua com a utilização normal dos edifícios e a salvaguarda a segurança de pessoas e bens, descrevendo as medidas que se propõe implementar para minimizar o impacto da obra na normal utilização do edifício.

24  
V.B.  
M  
PauaKewig  
A

Com efeito, apesar de bem elaborada e justificada, a metodologia apresenta uma dimensão genérica, não se mostrando, de uma forma concreta e assertiva, vocacionada para a específica e concreta realidade da obra posta a concurso. Para que se considerasse o pressuposto (1) devidamente preenchido teria de ser possível observar um faseamento proposto claramente desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, o que não pode ser totalmente constatado face ao caráter genérico da abordagem.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - **com exceção de um dos pressupostos ali indicados.**

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **0,75 (Boa).**

#### **Concorrente n.º 6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA:**

Tal como as propostas anteriormente avaliadas, a metodologia apresentada pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** Estão previstas executar várias frentes de obra em simultânea, explicitando a coordenação e compatibilização entre si, compreendendo, cada uma delas, várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.

**Pressuposto:** Descreve o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, justificando as opções metodológica tomadas para o cumprimento do objetivo do prazo, indicando e justificando, em função daquelas (opções metodológicas), o dimensionamento realista das equipas a partir dos rendimentos considerados, que são congruentes e credíveis, com recurso, na sua maioria, a quadros da empresa e a equipamentos próprios.

**Pressuposto:** Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e do prazo global, assim como as medidas que se propõe implementar para fazer face à verificação dos mesmos, seja antecipando-os, seja corrigindo-os.

O júri entende que a metodologia apresentada não cumpre, de forma integral, o pressuposto (1), que se reproduz:

**Pressuposto:** O faseamento proposto para a execução da obra está desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, respondendo à necessidade de assegurar a execução das diferentes partes da obra com a simultânea utilização do equipamento por parte de particulares, uma vez que está explícito e justificado que a organização e programação das frentes de obra, as zonas de circulação e as de armazenamento de materiais não conflitua com a utilização normal dos edifícios e a salvaguarda a segurança de pessoas e bens, descrevendo as medidas que se propõe implementar para minimizar o impacto da obra na normal utilização do edifício.

23  
VB  
Paula Pereira  
A

Com efeito, apesar de bem elaborada e justificada, a metodologia apresenta uma dimensão genérica, não se mostrando, de uma forma concreta e assertiva, vocacionada para a específica e concreta realidade da obra posta a concurso. Para que se considerasse o pressuposto (1) devidamente preenchido teria de ser possível observar um faseamento proposto claramente desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, o que não pode ser totalmente constatado face ao carácter genérico da abordagem.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - **com exceção de um dos pressupostos ali indicados.**

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **0,75 (Boa).**

#### **Concorrente n.º 7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA:**

Tal como as propostas anteriormente avaliadas, a metodologia apresentada pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** Estão previstas executar várias frentes de obra em simultânea, explicitando a coordenação e compatibilização entre si, compreendendo, cada uma delas, várias atividades, apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.

**Pressuposto:** Descreve o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, justificando as opções metodológica tomadas para o cumprimento do objetivo do prazo, indicando e justificando, em função daquelas (opções metodológicas), o dimensionamento realista das equipas a partir dos rendimentos considerados, que são congruentes e credíveis, com recurso, na sua maioria, a quadros da empresa e a equipamentos próprios.

α<sub>6</sub>  
√3  
m  
Jan 10  
Paula Pereira  
A

**Pressuposto:** Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e do prazo global, assim como as medidas que se propõe implementar para fazer face à verificação dos mesmos, seja antecipando-os, seja corrigindo-os.

O júri entende que a metodologia apresentada não cumpre, de forma integral, o pressuposto (1), que se reproduz:

**Pressuposto:** O faseamento proposto para a execução da obra está desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, respondendo à necessidade de assegurar a execução das diferentes partes da obra com a simultânea utilização do equipamento por parte de particulares, uma vez que está explícito e justificado que a organização e programação das frentes de obra, as zonas de circulação e as de armazenamento de materiais não conflitua com a utilização normal dos edifícios e a salvaguarda a segurança de pessoas e bens, descrevendo as medidas que se propõe implementar para minimizar o impacto da obra na normal utilização do edifício.

Com efeito, apesar de bem elaborada e justificada, a metodologia apresenta uma dimensão genérica, não se mostrando, de uma forma concreta e assertiva, vocacionada para a específica e concreta realidade da obra posta a concurso. Para que se considerasse o pressuposto (1) devidamente preenchido teria de ser possível observar um faseamento proposto claramente desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, o que não pode ser totalmente constatado face ao carácter genérico da abordagem.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - **com exceção de um dos pressupostos ali indicados.**

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **0,75 (Boa).**

#### **Concorrente n.º 10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA**

Tal como as propostas anteriormente avaliadas, a metodologia apresentada pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** Estão previstas executar várias frentes de obra em simultânea, explicitando a coordenação e compatibilização entre si, compreendendo, cada uma delas, várias atividades,

27  
VB. M  
Emp. A  
Paula Paug  
A

apresentando a distribuição de meios humanos e materiais, em número e profissão/tipo, por cada uma das frentes, de forma contínua e uniforme na obra.

**Pressuposto:** Descreve o caminho crítico no desenvolvimento dos trabalhos, justificando as opções metodológica tomadas para o cumprimento do objetivo do prazo, indicando e justificando, em função daquelas (opções metodológicas), o dimensionamento realista das equipas a partir dos rendimentos considerados, que são congruentes e credíveis, com recurso, na sua maioria, a quadros da empresa e a equipamentos próprios.

**Pressuposto:** Identifica as condicionantes e os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e do prazo global, assim como as medidas que se propõe implementar para fazer face à verificação dos mesmos, seja antecipando-os, seja corrigindo-os.

O júri entende que a metodologia apresentada não cumpre, de forma integral, o pressuposto (1), que se reproduz:

**Pressuposto:** O faseamento proposto para a execução da obra está desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, respondendo à necessidade de assegurar a execução das diferentes partes da obra com a simultânea utilização do equipamento por parte de particulares, uma vez que está explícito e justificado que a organização e programação das frentes de obra, as zonas de circulação e as de armazenamento de materiais não conflitua com a utilização normal dos edifícios e a salvaguarda a segurança de pessoas e bens, descrevendo as medidas que se propõe implementar para minimizar o impacto da obra na normal utilização do edifício.

Com efeito, apesar de bem elaborada e justificada, a metodologia apresenta uma dimensão genérica, não se mostrando, de uma forma concreta e assertiva, vocacionada para a específica e concreta realidade da obra posta a concurso. Para que se considerasse o pressuposto (1) devidamente preenchido teria de ser possível observar um faseamento proposto claramente desenhado em função dos pressupostos e dos objetivos da obra, o que não pode ser totalmente constatado face ao carácter genérico da abordagem.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito boa) - **com exceção de um dos pressupostos ali indicados.**

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **0,75 (Boa).**

*Avaliação das propostas por subsunção ao subfator «programa de trabalhos»:*

V.B. M  
fem - A  
Paula Pereira  
A

**Concorrente n.º 2.º - Acciona - Infraestructuras, SA:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos ilustram e traduzem as opções afirmadas na metodologia, no que toca à organização e programação das frentes de obra, ao faseamento dos trabalhos e à distribuição dos meios humanos e materiais, tendo em conta os rendimentos ali assumidos.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe na identificação das atividades a executar, o respetivo escalonamento, calendarização e relações de precedência, evidenciando e explicitando a execução simultânea de várias atividades sem afetar os respetivos prazos, constituindo fator de garantia de eficácia no cumprimento do prazo final da obra.

**Pressuposto:** Os planos de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão, com referência às equipas afetas a cada atividade e às diferentes frentes de obra; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento, explicitando o dimensionamento, em cada caso, a partir dos rendimentos indicados e tal como justificados na metodologia.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia e identifica os pontos de flexibilidade aptos a acomodar as medidas referidas na metodologia como adequadas a antecipar os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e global.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom).

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **1** (Muito bom).

**Concorrente n.º 5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pres-

supostos (1), (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

2.1  
VB-M  
Paula Pereira  
A

**Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos ilustram e traduzem as opções afirmadas na metodologia, no que toca à organização e programação das frentes de obra, ao faseamento dos trabalhos e à distribuição dos meios humanos e materiais, tendo em conta os rendimentos ali assumidos.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe na identificação das atividades a executar, o respetivo escalonamento, calendarização e relações de precedência, evidenciando e explicitando a execução simultânea de várias atividades sem afetar os respetivos prazos, constituindo fator de garantia de eficácia no cumprimento do prazo final da obra.

**Pressuposto:** Os planos de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão, com referência às equipas afetas a cada atividade e às diferentes frentes de obra; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento, explicitando o dimensionamento, em cada caso, a partir dos rendimentos indicados e tal como justificados na metodologia.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia e identifica os pontos de flexibilidade aptos a acomodar as medidas referidas na metodologia como adequadas a antecipar os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e global.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom).

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **1 (Muito bom)**.

#### **Concorrente n.º 6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos ilustram e traduzem as opções afirmadas na metodologia, no que toca à organização e programação das frentes de obra, ao faseamento dos trabalhos e à distribuição dos meios humanos e materiais, tendo em conta os rendimentos ali assumidos.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe na identificação das atividades a executar, o respetivo escalonamento, calendarização e relações de precedência, evidenciando e explicitando a execução simultânea de várias atividades sem afetar os respetivos prazos, constituindo fator de garantia de eficácia no cumprimento do prazo final da obra.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "VB", "M", "Paula Pereira", and several checkmarks and initials.

**Pressuposto:** Os planos de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão, com referência às equipas afetas a cada atividade e às diferentes frentes de obra; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento, explicitando o dimensionamento, em cada caso, a partir dos rendimentos indicados e tal como justificados na metodologia.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia e identifica os pontos de flexibilidade aptos a acomodar as medidas referidas na metodologia como adequadas a antecipar os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e global.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom).

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **1** (Muito bom).

**Concorrente n.º 7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA:**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos ilustram e traduzem as opções afirmadas na metodologia, no que toca à organização e programação das frentes de obra, ao faseamento dos trabalhos e à distribuição dos meios humanos e materiais, tendo em conta os rendimentos ali assumidos.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe na identificação das atividades a executar, o respetivo escalonamento, calendarização e relações de precedência, evidenciando e explicitando a execução simultânea de várias atividades sem afetar os respetivos prazos, constituindo fator de garantia de eficácia no cumprimento do prazo final da obra.

**Pressuposto:** Os planos de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão, com referência às equipas afetas a cada atividade e às diferentes frentes de obra; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento, explicitando o dimensionamento, em cada caso, a partir dos rendimentos indicados e tal como justificados na metodologia.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia e identifica os pontos de flexibilidade aptos a acomodar as medidas referidas na metodologia como adequadas a antecipar os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e global.

Handwritten notes and signatures in the top right corner, including "V.B.M.", "Paula Pereng", and several initials and checkmarks.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom).

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **1** (Muito bom).

#### **Concorrente n.º 10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA**

O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos (programa de trabalhos) apresentado pelo concorrente dá perfeito e cabal cumprimento aos pressupostos (1), (2), (3) e (4) enunciados no descritor de avaliação compreendido no artigo 12.º do *Regulamento de Análise das Propostas*, assegurando o seguinte:

**Pressuposto:** O plano de trabalhos, o plano de mão-de-obra e o plano de equipamentos ilustram e traduzem as opções afirmadas na metodologia, no que toca à organização e programação das frentes de obra, ao faseamento dos trabalhos e à distribuição dos meios humanos e materiais, tendo em conta os rendimentos ali assumidos.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos apresenta um grande detalhe na identificação das atividades a executar, o respetivo escalonamento, calendarização e relações de precedência, evidenciando e explicitando a execução simultânea de várias atividades sem afetar os respetivos prazos, constituindo fator de garantia de eficácia no cumprimento do prazo final da obra.

**Pressuposto:** Os planos de mão-de-obra identifica a carga semanal de homens por tipo de profissão, com referência às equipas afetas a cada atividade e às diferentes frentes de obra; o plano de equipamentos identifica a carga semanal de equipamento, explicitando o dimensionamento, em cada caso, a partir dos rendimentos indicados e tal como justificados na metodologia.

**Pressuposto:** O plano de trabalhos explicita as atividades que constituem o caminho crítico tal como identificado na metodologia e identifica os pontos de flexibilidade aptos a acomodar as medidas referidas na metodologia como adequadas a antecipar os riscos de desvio dos prazos parciais vinculativos e global.

Nessa medida, o júri constatou a proposta apresenta as características de forma a cumprir os pressupostos definidos para a atribuição da pontuação máxima – 1 (muito bom).

Com suporte naquele juízo técnico, o júri atribuiu à proposta, no subfator em análise, a pontuação correspondente ao referido patamar de mérito: **1** (Muito bom).

V.B. M.  
Pauela Kung

Identificação do concorrente	Sub-fator Metodologia	Sub-fator Programa de Trabalhos
2.º - Acciona - Infraestructuras, SA	0,75	1
5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	0,75	1
6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA	0,75	1
7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	0,75	1
10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA	0,75	1

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «**valia técnica**» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Avaliação
2.º - Acciona - Infraestructuras, SA	0,8750
5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	0,8750
6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA	0,8750
7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	0,8750
10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA	0,8750

**Avaliação das propostas por subsunção ao fator «prazo»:**

Conforme se especificou no *Regulamento de Análise das Propostas*, o fator «**prazo**» foi preenchido por comparação dos prazos apresentados com o intervalo de prazos constante do descritor a seguir representado, ao qual corresponde o valor de 0,2500.

O prazo mínimo admitido era o de 240 dias, significando este o prazo mínimo para a execução da totalidade das prestações que constituem o objeto do contrato e que podia ser oferecido pelos concorrentes, nos termos previstos no artigo 11.º, n.º 2, alínea b) do programa do concurso.

A análise das propostas em face do fator «**prazo**» foi operacionalizada pela subsunção das mesmas ao descritor seguinte:

V.B. M.  
Pereira  
A.  
Pereira

	Descritor	Pontuação
<b>Prazo</b>	300 dias (prazo base) $\geq$ Prazo Proposto $>$ 285 dias	0,25
	285 dias $\geq$ Prazo Proposto $>$ 270 dias	0,50
	270 dias $\geq$ Prazo Proposto $>$ 255 dias	0,75
	255 dias $\geq$ Prazo Proposto $\geq$ 240 dias (prazo mínimo)	1,00

O resultado da avaliação das propostas por subsunção ao fator «prazo» é o seguinte:

Identificação do concorrente	Prazo	Avaliação
2.º - Acciona - Infraestructuras, SA	255	1,0000
5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	254	1,0000
6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA	255	1,0000
7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	255	1,0000
10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA	240	1,0000

#### IV.- Audiência prévia:

O Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas foi submetido a audiência prévia dos concorrentes, nos termos do disposto no artigo 147.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Os concorrentes **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, e **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA** pronunciaram-se em sede de audiência prévia, nos termos das exposições anexas ao presente, que o Júri ponderou mas cujos argumentos não acolheu, tudo nos termos e com os fundamentos constantes da ata que igualmente se junta em anexo.

#### V.- Ordenação das propostas por subsunção ao critério de adjudicação:

A pontuação final de cada proposta, tal como resulta do artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas, por consideração das percentagens com que são afectados cada um dos fatores e subfatores que concorrem para o critério de adjudicação, foi apurada por aplicação da fórmula seguinte:

V.B. 7  
 Paulo Pereira

$$C = 0,60 \cdot P + 0,30 \cdot (0,50 \cdot M + 0,50 \cdot PT) + 0,10 \cdot T$$

Em que:

«C» representa a "pontuação final de cada proposta";

«P» representa a "pontuação do preço";

«M» representa a "pontuação no subfator metodologia";

«PT» representa a "pontuação no subfator programa de trabalhos";

«T» representa a "pontuação no facto prazo".

**Observação:** O artigo 14.º do Regulamento de Análise das Propostas contém um lapso evidente na fórmula ao especificar, por manifesto equívoco, que o subfator "PT" é multiplicado por 0,40 quando o valor a considerar é 0,50.

Assim, por operância do critério de adjudicação e no respeito da metodologia consignada no Regulamento de Análise das Propostas, resulta a seguinte pontuação das propostas:

Identificação do concorrente	Proposta economicamente mais vantajosa			Avaliação final
	Preço	Valia técnica	Prazo	
2.º - Acciona - Infraestructuras, SA	0,5025	0,8750	1,0000	0,6640
5.º - M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	0,5046	0,8750	1,0000	0,6653
6.º - Alexandre Barbosa Borges, SA	0,5078	0,8750	1,0000	0,6672
7.º - Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	0,5002	0,8750	1,0000	0,6626
10.º - Costeira - Engenharia e Construção, SA	0,5068	0,8750	1,0000	0,6666

#### V.- Recomendação ao órgão decisor:

Nestes termos, propõe-se:

- I. A exclusão das propostas a seguir identificadas, com os fundamentos constantes do Capítulo II do presente Relatório:

V.B. A  
Paula Paeng

Identificação do concorrente	Preço	Prazo
1.º - Comporto, SA	€ 10 086 836,26	240
3.º - DST - Domingos da Silva Teixeira, SA	€ 7 999 991,40	240
4.º - Construções Europa Ar-Lindo, SA	€ 11 833 417,01	240
8.º - ACF-Arlindo Correia & Filhos, SA	€ 9 754 257,91	300
9.º - Ferreira - Construção, SA	€ 12 326 345,26	255
11.º - Construções Gabriel A.S. Couto, SA	€ 9 800 000,00	255

II. A ordenação das propostas admitidas em resultado da aplicação do critério de adjudicação, nos termos seguintes:

	Identificação do concorrente	Avaliação final	Avaliação em %
1	Alexandre Barbosa Borges, SA	0,6672	66,72%
2	Costeira - Engenharia e Construção, SA	0,6666	66,66%
3	M. Kairos - Engenharia & Construção, SA / João Fernandes da Silva, SA	0,6653	66,53%
4	Acciona - Infraestructuras, SA	0,6640	66,40%
5	Sá Machado & Filhos, SA / Anteros - Empreiteiros, SA	0,6626	66,26%

III. A Adjudicação do contrato ao concorrente Alexandre Barbosa Borges, SA, nos termos da proposta por ele apresentada.

O Júri do Procedimento,

Vogal

Presidente

Vogal

  
(Manuel Dantas)

  
(Alzira Torres)

  
(Gaspar Silva)

A  
M  
L

Vogal

Paula Pereira  
(Paula Pereira)

Vogal

Valéria Borges  
(Valéria Borges)

Vogal

José Coutinho  
(José Coutinho)

Vogal

André Ruão  
(André Ruão)

VB. M  
Paula Pereira  
A

CP.14.16.DACPGP

Concurso Público para a Execução da Empreitada de «Reabilitação do Parque de Exposições de Braga»

Audiência prévia

## ATA DO JÚRI

Ao dia 20 do mês de janeiro de dois mil e dezassete, na sede da entidade adjudicante, a Câmara Municipal de Braga, sita na Praça Municipal, 4700 – 435, em Braga, reuniu o júri do procedimento de concurso público para a formação do contrato de empreitada de **Reabilitação do Parque de Exposições de Braga**.

A presidir aos trabalhos do Júri esteve Alzira Torres, integrando ainda os seguintes vogais Manuel Dantas, Gaspar Silva, Paula Pereira, Valéria Borges, José Coutinho e André Ruão.

Aberta a sessão pelas 9 horas e depois de verificado que se encontravam presentes na reunião o número de membros correspondente ao número de efetivos, foram iniciados os trabalhos.

O Júri analisou as pronúncias, apresentadas em sede de audiência prévia ao projeto de decisão corporizado no Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas, pelos concorrentes **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, e **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA.**, que, por diferentes motivos, censuraram o dito projeto de decisão de adjudicação.

### 1.

O Júri analisou primeiramente a pronúncia apresentada pelo concorrente **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, que sustenta:

- i. A exclusão das propostas apresentadas pelos concorrentes que não preencheram e juntaram às respetivas propostas o Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP);
- ii. A exclusão das propostas apresentadas pelos concorrentes **Alexandre Barbosa Borges, SA**, e **ACCIONA – Infraestructuras, SA**, por violação dos prazos parciais vinculativos definidos no caderno de encargos.

### A obrigação de apresentação do Documento Europeu Único de Contratação Pública:

Efetivamente, por força da aplicação do Regulamento de Execução (EU) 2016/7 da Comissão, de 5 de janeiro de 2016, nos procedimentos de formação de contratos públicos que excedam os limiares comunitários fixados nas Diretivas 2014/24/EU e 2014/25/EU – como é o caso

do presente procedimento – é obrigatória a utilização do formulário-tipo do *Documento Europeu Único de Contratação Pública (DEUCP)*.

O DEUCP constitui uma autodeclaração que atesta a aptidão, a situação financeira e as capacidades das empresas, utilizada como prova preliminar em todos os procedimentos de contratação pública. Esta autodeclaração permite às empresas concorrentes atestar que não se encontram numa situação que dê ou possa dar origem à exclusão do procedimento e que preenchem os critérios pertinentes de exclusão e de seleção.

O objetivo desta ferramenta – DEUCP – é o de facilitar a participação dos operadores nos procedimentos de formação de contratos públicos, constituindo uma declaração sob compromisso de honra dos candidatos ou dos concorrentes, tendo por objetivo reduzir a carga administrativa que resulta para os interessados da necessidade de apresentar um número substancial de certificados ou outros documentos relacionados com os critérios de exclusão e de seleção.

Assim, o DEUCP é um documento pelo qual a própria empresa declara que possui uma situação financeira e capacidades para participar num procedimento de contratação pública, servindo como comprovativo prévio do cumprimento das condições exigidas nos procedimentos de contratação pública em toda a UE. Com a apresentação do DEUCP, os proponentes já não precisarão de apresentar todas as provas documentais e formulários anteriormente utilizados nos procedimentos de contratação pública na UE, o que se traduz numa simplificação significativa do acesso a oportunidades de contratação além-fronteiras.

No caso dos procedimentos de formação de contratos públicos na modalidade de **concurso público**, as (auto)declarações que os concorrentes produzem por intermédio do DEUCP inscrevem-se, portanto, no âmbito da respetiva habilitação para a boa execução do contrato.

Essas mesmas (auto)declarações – **de que não se encontram em nenhuma das situações que os impeçam, nos termos do disposto no artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos, de ser concorrentes** - foram produzidas pelos concorrentes quando apresentaram a declaração exigida pela alínea a), do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos.

Nessa medida, essa prova preliminar de habilitação que corporiza o DEUCP foi oportunamente realizada pelos concorrentes, inclusivamente através da apresentação de uma declaração – a dita declaração exigida pela alínea a), do n.º 1 do artigo 57.º - cuja preterição, essa sim, conduz à exclusão das propostas, conforme impõe o artigo 146.º, n.º 1, alínea d) do já referido Código.

Nessa medida, apesar de alguns concorrentes não terem autodeclarado a respetiva habilitação por intermédio da apresentação do aludido DEUCP, certo é que todos emitiram – através da dita declaração exigida na alínea a), do n.º 1 do artigo 57.º - as declarações de habilitação exigidas que, se vierem a ser adjudicatários, hão-de ser comprovadas através da apresentação dos documentos de habilitação. Nessa medida, entende o Júri que, apesar de não o terem feito (também) através da apresentação do DEUCP, todos os concorrentes, com as declarações que emitiram, asseguraram o cumprimento dos objetivos inerentes à existência daquela identificada ferramenta,

V.B. M  
Paulo Paulo  
A

razão pela qual não se identificam razões que justifiquem a exclusão das propostas não acompanhadas pelo dito documento.

Aliás, estranho seria que se "punisse" com a exclusão concorrentes por não terem apresentado um documento (apesar de terem apresentado um outro de natureza e sentido equivalente) que foi criado precisamente para facilitar a sua participação nos procedimentos de formação nos contratos públicos.

Por outro lado – e tal como vem sendo repetidamente sublinhado quer pela jurisprudência administrativa, quer pela jurisprudência do Tribunal de Contas – não sendo o DEUCP um documento que contenha os atributos da proposta ou os termos ou condições relativos a aspectos de execução do contrato, a irregularidade na apresentação do mesmo (na substância das autodeclarações produzidas alternativamente por via da declaração referida na alínea a), do n.º 1 do artigo 57.º do CCP), não pode fundamentar a exclusão da proposta, nos termos dos artigos 146.º, n.º 2, alínea d) e 57.º, n.º 1, ambos do *Código dos Contratos Públicos*.

De facto, apenas a falta dos documentos especificados no artigo 57.º n.º 1, alíneas a) a d) do *Código dos Contratos Públicos* constitui causa de exclusão da proposta, conforme resulta do já citado artigo 146.º n.º 2, alínea d) do dito Código.

Nessa medida, o Júri **deliberou por unanimidade não acolher o argumento apresentado pelo concorrente Costeira – Engenharia e Construção, SA, não determinando a exclusão dos concorrentes que não apresentarem o DEUCP**, mantendo, portanto, nesta parte, inalterado o projeto de decisão.

#### **A violação dos prazos parciais vinculativos definidos no caderno de encargos:**

A entidade adjudicante estabeleceu, no n.º 3 do artigo 11.º do caderno de encargos, uma condição procedimental relativa ao prazo de execução da obra. Determinou-se ali que **«Todos os trabalhos de reabilitação da parte do equipamento de restauração compreendido no edifício, incluindo especialidades e acabamentos gerais, só poderão ser iniciados cumprido que esteja a fração correspondente a 5/10 do prazo de execução proposto e terão de estar concluídos cumprido que esteja a fração correspondente a 8/10 do prazo de execução proposto»**.

Assim, não obstante o prazo constituir um aspeto submetido à concorrência pelo caderno de encargos – constituindo, portanto, o prazo concretamente apresentado por cada concorrente um atributo – existe, em todo o caso, uma dimensão relativa à programação dos trabalhos no prazo proposto que não é susceptível de ser caracterizado pelos concorrentes de forma diversa da expressamente indicada no caderno de encargos. E essa dimensão é, precisamente, a que respeita à execução de **«todos os trabalhos de reabilitação da parte do equipamento de restauração»** que, como expressamente se especifica no aludido artigo, não podem ser iniciado antes de cumprido 5/10 do prazo proposto e têm de estar concluído no dia correspondente a 8/10 do prazo proposto.

4º  
V.B. M  
Paula Pereira

Nessa medida, o juízo sobre o cumprimento, pelos concorrentes, da assinalada condição efetua-se por confronto (matemático) entre o prazo proposto, o plano de trabalhos apresentado e a delimitação dos 5/10 e dos 8/10 por referência a cada prazo concretamente proposto.

A aludida subsunção tem de ser realizada convocando as normas legais relevantes para o cômputo do prazo de execução da obra, mormente o disposto no artigo 362.º e 471.º, ambos do Código dos Contratos Públicos, nos termos dos quais:

- i. O prazo de execução da obra começa a contar-se da data da conclusão da consignação total (cfr. artigo 362.º, n.º 1);
- ii. Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr: neste caso, a data preconizada para a consignação (cfr. artigo 471.º, n.º 1, a);
- iii. Os prazos são contínuos, não se suspendendo aos sábados, domingos e feriados (cfr. artigo 471.º, n.º 1, b);
- iv. O prazo que termine em sábado, domingo ou feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o primeiro dia útil seguinte (cfr. artigo 471.º, n.º 1, d).

Na sua alegação, a **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, invoca que, para se mostrar cumprida a condição imposta no aludido artigo 11.º, n.º 3 do caderno de encargos, a proposta do concorrente **ABB** teria de assegurar que o início dos trabalhos deveria ocorrer no dia 6 de agosto ou posterior, impondo-se a conclusão dos mesmos até dia 21 de outubro. Invoca que ao preconizar a conclusão dos trabalhos para o dia 23 de outubro, a **ABB** viola o prazo parcial vinculativo definido no caderno de encargos.

Apreciada a questão, por confronto com os documentos que integram a proposta do concorrente **ABB**, o Júri concluiu que, ao invés do alegado, a proposta em causa assegura o cumprimento de tal dita condição. Desde logo porque, tomando por bons os pressupostos invocados pela **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, a conclusão dos trabalhos no dia 23 de outubro assegura o cumprimento do desiderato legal, na medida em que sendo o dia 21 de outubro um sábado, por aplicação da alínea d) do n.º 1 do artigo 471.º do Código dos Contratos Públicos, tal prazo transfere-se para o primeiro dia útil seguinte, que coincide, lá está, com o dia 23 de outubro.

Porém, o Júri entende que os pressupostos que estão na base da alegação da **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, não estão totalmente de harmonia com as disposições legais aplicáveis, em particular com o pressuposto de que a data da consignação – a data do evento a partir

4d  
VB. M A  
Paula Pereira

do qual começa a correr o prazo – não é considerado na contagem do prazo. Assim, o Juri realizou a contagem dos prazos em concreto, concluindo conforme se evidencia no quadro seguinte:

**ABB - Alexandre Barbosa Borges, S.A.**

Meses	Dias do mês	Soma dos dias para início de obra restaurante	Data de início 127,5 dias após a consignação	Soma dos dias para fim de obra restaurante	Data de fim - 204 dias após a consignação
abril	29	29		29	
maio	31	60		60	
junho	30	90		90	
julho	31	121	31-07-2017	121	
agosto	6,5	6,5	07-08-2017		
	127,5		08-08-2017		
agosto	31			152	
setembro	30			182	
outubro	23			205	

23-10-2017

Assim, o prazo de 127,5 dias de calendário que impedem o início da frente de obra no restaurante, porque a consignação está, na proposta da **ABB**, apontada para o dia 1 de abril, terminaria em 07/08/2017. Se o concorrente declara que inicia os trabalhos no restaurante em 08/08/2017, está assegurado o cumprimento do primeiro prazo parcial vinculativo.

Por outro lado, para assegurar o cumprimento do segundo prazo parcial vinculativo, o concorrente **AAB** teria de assegurar o cumprimento do prazo total de 204, correspondente a 8/10 do prazo proposto, até ao dia 23/10/2017 (concluindo-se no dia 22 de outubro, domingo, que se transfere para o primeiro dia útil seguinte, segunda-feira, dia 23 de outubro). O que se verifica.

Nessa medida, o Juri deliberou por unanimidade não acolher, nesta parte, os argumentos aduzidos pelo concorrente **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, mantendo inalterado o projeto de decisão.

Também o plano de trabalhos integrado na proposta do concorrente **ACCIONA – Infraestructuras, SA**, e ao contrário do que alega a **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, assegura o cumprimento do segundo prazo parcial vinculativo previsto no n.º 3 da cláusula 11.ª do caderno de encargos.

Para assegurar o cumprimento do segundo prazo parcial vinculativo, o concorrente **ACCIONA** teria de concluir os trabalhos no prazo total de 204, correspondente a 8/10 do prazo proposto, até ao dia 24/10/2017. O que se verifica.

92  
A  
V.B. M.J.  
Paula Pereira

Nessa medida, o Júri deliberou por unanimidade não acolher, nesta parte, os argumentos aduzidos pelo concorrente **Costeira – Engenharia e Construção, SA**, mantendo inalterado o projeto de decisão.

**2.**

O Júri analisou seguidamente a pronúncia apresentada pelo concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, que sustenta, em termos sintéticos, que a proposta que apresentou não deveria ter sido excluída uma vez que o vício que lhe é apontado é igualmente verificável nas propostas apresentadas pelos demais concorrentes. Para esse efeito, identifica nos planos de trabalhos incluídos nas propostas dos demais concorrentes atividades que são desenvolvidas igualmente na área do restaurante e que se mostram planeadas para serem cumpridas também em períodos não compreendidos entre o 5/10 e o 8/10 de cada prazo concretamente proposto.

Ponderados os argumentos apresentados pelo concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, o Júri concluiu o seguinte:

**A exclusão da proposta do concorrente DST – Domingos da Silva Teixeira, SA:**

Conforme se explicitou já, a entidade adjudicante estabeleceu, no n.º 3 do artigo 11.º do caderno de encargos, uma condição procedimental relativa ao prazo de execução da obra.

Determinou-se ali que **«Todos os trabalhos de reabilitação da parte do equipamento de restauração compreendido no edifício, incluindo especialidades e acabamentos gerais, só poderão ser iniciados cumprido que esteja a fração correspondente a 5/10 do prazo de execução proposto e terão de estar concluídos cumprido que esteja a fração correspondente a 8/10 do prazo de execução proposto»**.

O citado aspeto corresponde a um aspeto da execução do contrato *não submetido à concorrência* pelo caderno de encargos. Independentemente do prazo oferecido pelos concorrentes para a execução da obra, sempre terão qualquer um deles de assegurar o cumprimento do disposto na aludida cláusula, intervalo esse que, logicamente, se materializará e concretizará em função do prazo concretamente oferecido. Em todo o caso, independentemente do prazo concretamente oferecido, não está ao alcance dos concorrentes variar, modificar ou alterar a imposição inscrita naquele n.º 3 da cláusula 11.ª do caderno de encargos.

O legislador manda **excluir as propostas** cujos termos e condições infringem cláusulas do caderno de encargos sobre aspetos da execução do contrato subtraídas à concorrência, pois, apesar de eles não serem tomados em conta na avaliação das propostas, a verdade é que aceitar uma proposta dessas e adjudicar-lhe o contrato envolveria uma de duas alternativas juridicamente ilegítimas:

72  
V.B. M.A.  
Lemp J  
Pereira

- (i) Ou se esqueceria um aspeto da execução do contrato considerado **imperativo** pelo caderno de encargos; ou
- (ii) Considerava-se não escrito um dos termos ou condições sob que o concorrente se manifestou disposto a contratar, compelindo-o a um termo ou condição (e portanto a um contrato) que **ele revelou não querer**.

O plano de trabalhos integrado na proposta do concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, retrata o início geral dos trabalhos no equipamento de restauração imediatamente aquando da consignação da obra, isto quando, por força da aludida determinação do caderno de encargos, tais trabalhos estão impedidos de serem iniciados até que decorram 5/10 do prazo proposto. Por outro lado, da análise do plano de trabalhos verifica-se, igualmente, que o concorrente não concentra os trabalhos no equipamento de restauração no período compreendido entre o 5/10 e o 8/10 do prazo que propôs para a execução da obra, opção de programação da obra que conflitua totalmente com a prescrição impositiva do caderno de encargos.

Assim, estes pressupostos ou condições para a execução da obra inscritos pelo concorrente no plano de trabalhos estão expressamente em desconformidade com a cláusula 11.ª, n.º 3 do caderno de encargos, violação que conduz, imperativamente, à exclusão da proposta, porque assim o impõe a alíneas b) do n.º 2 do artigo 70.º do *Código dos Contratos Públicos*.

Nessa medida, a proposta do concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, deve ser excluída, não podendo transitar para a fase de avaliação, conforme resulta do disposto no artigo 7.º do Regulamento de Análise das Propostas anexo ao programa do procedimento.

O concorrente, na sua exposição, justifica-se com a dificuldade em concretizar, de uma forma objetiva – e totalmente estanque, acrescenta o Júri – a totalidade dos trabalhos previstos no projeto para serem executados no espaço do restaurante, de forma a elaborar uma discriminação quase de filigrana. O Júri concorda totalmente com esta asserção do concorrente, aceitando e corroborando que uma autonomização absoluta dos trabalhos é muito complexa, tanto mais que muitas das atividades a considerar no plano de trabalhos se desenvolvem em todo o edifício, incluindo também portanto na parte do restaurante.

Mas será também precisamente por força deste argumento se reforça a interpretação de que a proposta do concorrente viola o exigido no caderno de encargos, uma vez que, do seu plano de trabalhos, não se evidencia somente que algumas atividades que se comunicam e interrelacionam ou estendem por normal e natural correlação entre elas (afinal não se trata de executar duas obras distintas, mas apenas uma com restrições relativamente ao planeamento de uma frente de obra). Sendo esse o caso, a normal concretização e ajustamento de tais episódicas tarefas do plano de trabalhos em fase de obra poderia ser sempre implementado, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, sem compromisso dos prazos parciais vinculativos, conquanto estes se mostrassem perfeita e cabalmente observados nesta fase.

44  
A  
V.B.  
A  
P. B. Pereira

Não é esse o planejamento espelhado na proposta do concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, que deixa bem patente o arranque da generalidade dos trabalhos no restaurante logo aquando da consignação, comprometendo os ditos prazos parciais vinculativos.

Nessa medida, o Júri deliberou por unanimidade não acolher, nesta parte, os argumentos aduzidos pelo concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, mantendo inalterado o projeto de decisão na parte do mesmo que sustenta a exclusão da proposta por ele apresentada.

#### **A exclusão da proposta dos demais concorrentes:**

O concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, na sua exposição e em ordem a fundamentar as razões pelas quais censura o projeto de decisão, invoca que muitos dos concorrentes, que viram as respetivas propostas admitidas, prevêem a execução de atividades que também terão de ser realizadas na área do restaurante em período não coincidente com o intervalo compreendido entre os 5/10 e os 8/10.

Efetivamente constata-se que, na generalidade dos planos de trabalhos que acompanham as propostas admitidas estão previstas executar algumas atividades também com incidência no restaurante em período não estritamente coincidente com o aludido intervalo (5/10 – 8/10).

Porém, e como se disse já, a obra é uma única, o projeto a executar é um só, a empreitada é unitária. Por isso, naturalmente, atenta a circunstância de existir uma coerência global da intervenção no edifício, quer de natureza estética quer funcional, porque o mapa de trabalhos não está autonomizado pelas diferentes áreas, nem as demais peças concretizam essa separação de forma estanque, existem atividades que, pela sua natureza e especificidade, são comuns, algumas contínuas e só um detalhe muito concreto na elaboração do plano permitiria segmentar, ação a ação, cada uma delas entre as diferentes áreas de intervenção.

Por isso, e como já se esclareceu, o Júri concorda a asserção do concorrente, aceitando e corroborando que uma autonomização absoluta dos trabalhos é muito complexa. Por isso, em nenhum dos casos aventados pela **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, se retrata uma violação dos prazos parciais vinculativos, mas enuncia-se somente algumas atividades que serão, naturalmente, em fase de execução de obra objeto de mero ajustamento, nos termos previstos no n.º 4 do artigo 361.º do *Código dos Contratos Públicos*, em todos os casos, reitera-se, sem compromisso dos prazos parciais vinculativos, conquanto estes se mostrassem perfeita e cabalmente observados nesta fase.

Nessa medida, o Júri deliberou por unanimidade não acolher, nesta parte, os argumentos aduzidos pelo concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, mantendo inalterado o projeto de decisão na parte do mesmo que sustenta a exclusão da proposta por ele apresentada.

Assim e nestes termos, o Júri deliberou, por unanimidade, manter inalterado o projeto de decisão corporizado no Relatório Preliminar de Análise e Avaliação das Propostas, aprovando o Relatório Final para o submeter à consideração do órgão decisor da entidade adjudicante.

**Lapsos nas remissões constantes do Relatório Preliminar de Análise e Avaliação:**

O concorrente **DST – Domingos da Silva Teixeira, SA**, em introdução à pronúncia que dirigiu à entidade adjudicante, identificou alguns lapsos nas remissões efetuadas pelo Júri no Relatório Preliminar de Análise das Propostas. Percebe-se também a partir desta exposição que tais lapsos não perturbaram minimamente a apreensão pelo(s) concorrente(s) do sentido e fundamentação das propostas de decisão ali formuladas.

Ainda assim, por constituírem efetivamente lapsos, o Júri procedeu à correção dos mesmos para efeitos de elaboração do Relatório Final de Análise e Avaliação das Propostas.

Nada mais tendo ocorrido nesta reunião e nada mais havendo a diligenciar, foi dada por finda e encerrada pelas 13 horas.

Esta ata foi elaborada por mim, Alzira Torres, presidente do Júri que a subscrevo e vai ser assinada pelos demais membros presentes.

**O Júri do procedimento,**

**Vogal**

  
(Manuel Dantas)

**Presidente**

  
(Alzira Torres)

**Vogal**

  
(Gaspar Silva)

**Vogal**

  
(Paula Pereira)

**Vogal**

  
(Valéria Borges)

**Vogal**

  
(José Coutinho)

**Vogal**

  
(André Ruão)